

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE LINHARES/ES

CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION AND THEIR IMPACTS ON THE MENTAL HEALTH OF TEACHERS IN THE PUBLIC NETWORK OF LINHARES/ES

Érika Ferreira Xavier

Graduanda em Pedagogia

Faculdade do Ensino Superior de Linhares, Brasil

E-mail: erikaferreiraxv16@gmail.com

Ester Sousa Almeida Lírio

Graduanda em Pedagogia

Faculdade do Ensino Superior de Linhares, Brasil

E-mail: ester10melina@gmail.com

Alex Roberto Machado

Doutor em Psicologia

Docente da Faculdade do Ensino Superior de Linhares, Brasil

E-mail: alex.machado@faceli.edu.br

Resumo

O presente trabalho aborda os desafios da educação inclusiva e seus impactos na saúde mental dos professores da rede pública de Linhares, no estado do Espírito Santo. A inclusão escolar, pautada em legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Brasileira de Inclusão, visa garantir o acesso à educação para todos, independentemente de suas necessidades específicas. Contudo, a implementação desse modelo encontra barreiras significativas, principalmente relacionadas à infraestrutura inadequada, falta de recursos pedagógicos e formação insuficiente dos docentes. Os professores enfrentam uma carga de trabalho elevada ao adaptar métodos de ensino e avaliação para atender às diversas necessidades dos alunos e essa sobrecarga, associada à pressão para atender às demandas de inclusão, resulta em elevados níveis de estresse e outros problemas de saúde mental, como ansiedade e síndrome de burnout. Este trabalho realizou uma revisão bibliográfica sobre a inclusão na educação brasileira, além de uma pesquisa de campo com professores, investigando sobre as dificuldades que encontram na prática profissional, no que tange a inclusão. Foram investigadas também as estratégias que os docentes têm realizado visando diminuir os impactos negativos em sua saúde mental.

Palavras-chave: Professor; Educação Inclusiva; Saúde mental.

Abstract

This work addresses the challenges of inclusive education and its impacts on the mental health of teachers in the public school of Linhares, in the state of Espírito Santo. School inclusion, based on legislation such as the Child and Adolescent Statute (ECA) and the Brazilian Inclusion Law, aims to guarantee access to education for everyone, regardless of their specific needs. However, the implementation of this model faces significant barriers, mainly related to inadequate infrastructure, lack of teaching resources and insufficient teacher training. Teachers face a high workload when adapting teaching and assessment methods to meet the diverse needs of students and this overload, coupled with the pressure to meet inclusion demands, results in high levels of stress and other mental health problems such as anxiety and burnout syndrome. This work carried out a bibliographical review on inclusion in Brazilian education, in addition to field research with teachers, investigating the difficulties they encounter in professional practice, regarding inclusion. The strategies that teachers have carried out to reduce the negative impacts on their mental health were also investigated.

Keywords: Teacher; Inclusive Education; Mental Health.

1. Introdução

A educação inclusiva é uma abordagem educacional que busca atender as necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, deficiências ou demais características individuais. Essa proposta visa promover a igualdade de oportunidades educacionais, oferecendo um ambiente de aprendizado adaptado e acolhedor para todos. A atuação dessa abordagem nas escolas públicas apresenta, notadamente, uma série de desafios, tanto estruturais quanto humanos. Neste contexto, há uma crescente demanda por inclusão nas escolas brasileiras, o que resulta em significativas dificuldades aos professores envolvidos no processo. Tais dificuldades podem impactar de forma relevante a saúde mental e bem-estar das pessoas envolvidas no processo.

A justificativa para a realização desta pesquisa foi ancorada na possibilidade de se contribuir para um melhor ambiente de trabalho para os professores, peças fundamentais no processo educacional, especialmente na

busca pela implementação da inclusão. Os estágios ao longo da graduação em pedagogia, por sua vez, oportunizaram o contato com a Educação Especial e a inclusão de estudantes com deficiências. Nesses contextos, foram observados alguns dos desafios do cotidiano escolar e como a dinâmica dos professores em implementar novas práticas impactou sua saúde mental. Durante esse período, alguns professores se afastaram das atividades escolares queixando-se de sobrecarga de trabalho e de falta de suporte necessário da gestão.

Diante das dificuldades supracitadas, a qualidade da educação inclusiva foi comprometida, afetando estudantes, além da satisfação e eficácia dos professores. Assim, entender esses desafios e seus impactos é crucial para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e suportivo para todos.

O presente trabalho, portanto, buscou investigar os desafios enfrentados pelos professores da rede pública municipal de Linhares no contexto da prática cotidiana da educação inclusiva, bem como analisar os impactos na saúde mental desses profissionais. Essa problemática é relevante cientificamente por produzir conhecimentos acerca do cotidiano dos educadores atuantes em escolas que buscam trabalhar a inclusão de seus estudantes. Nestes contextos, há uma demanda para adaptar currículos, métodos de ensino e estratégias de avaliação às diversas necessidades dos estudantes. Além disso, a falta de recursos adequados e de formação específica sobre educação inclusiva pode dificultar a rotina escolar e gerar impactos na saúde emocional dos educadores. Este trabalho é socialmente relevante pois apresenta relatos de práticas, desafios e iniciativas de profissionais da educação envolvidos no contexto mencionado.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o impacto da implementação da educação inclusiva na rede pública de Linhares na saúde mental dos docentes. O estudo envolveu: mapear os principais desafios estruturais e pedagógicos enfrentados pelos professores que atuam na educação especial na rede pública de Linhares/ES; investigar as condições de trabalho, carga horária e recursos disponíveis para os professores que atuam na educação especial na rede municipal; analisar, a partir da percepção dos docentes, as possíveis consequências sobre sua saúde mental e suas estratégias para lidar com tais

questões.

2. Revisão da Literatura

2.1 Breve resumo sobre a Educação Inclusiva no Brasil

De acordo com Rogalski (2010) a história da educação inclusiva no Brasil reflete um longo processo em busca do reconhecimento e valorização da diversidade na sociedade. Até o início do século XX, a educação para indivíduos com deficiência era quase inexistente no país, com a primeira iniciativa significativa sendo a fundação do Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, em 1854, no Rio de Janeiro (CAVALCANTE, 2011). Em 1857, também no Rio de Janeiro, foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Ao longo do século XX, as escolas e aulas foram organizadas como parte do modelo educacional de atendimento às pessoas com deficiência, pois, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente. Foram ampliados, a nível mundial, movimentos sociais de luta contra a discriminação e em defesa de uma sociedade inclusiva. Esse período histórico impulsionou críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também a questionamentos dos modelos análogos do ensino e aprendizagem que geram exclusão no cenário educacional (SOUTO, 2014).

Esses questionamentos repercutiram especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, quando o conceito de integração começou a solidificar-se, influenciado por movimentos relevantes. Um exemplo robusto foi a Declaração de Salamanca de 1994, que defendeu a educação como direito universal, sem discriminação, além de estabelecer que o Estado deveria oferecer atendimento especializado aos indivíduos com deficiência.

Embora o Brasil já se comprometera com o atendimento de pessoas com deficiência desde a Constituição de 1988, apenas em 2001 foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pelo

Ministério da Educação (MEC). Essa proposta defendeu a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, oferecendo recursos e apoios necessários. Em 2008 a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência corroborou a necessidade da inclusão em escolas regulares, culminando na Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, que finalmente obrigou a educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

A relevância da inclusão foi evidenciada por Magro e Rodrigues (2007), que a apontaram como prática essencial para fomentar a diversidade e a equidade na educação. Neste contexto, parece ser necessário monitorar e avaliar as políticas públicas, experiências bem-sucedidas e histórias de superação de forma continuada. Infelizmente, uma avaliação da prática inclusiva na contemporaneidade apontará obstáculos à atuação eficaz das políticas, tais como infraestrutura inadequada, defasada formação de professores e a resistência de alguns setores sociais (SOUTO, 2014).

Em geral, a educação inclusiva evoluiu de um paradigma excludente e segregacionista para um sistema que visa integrar e valorizar cada estudante, independentemente de suas circunstâncias, refletindo uma mudança significativa nas políticas públicas e na mentalidade da sociedade. É importante, portanto, que sejam mantidas as atividades em prol da formação docente, da adequação das infraestruturas escolares e da conscientização da sociedade.

2.2 A escola e a educação inclusiva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no artigo 1º, estabelece que

“a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Os objetivos educacionais pretendidos pela legislação brasileira, portanto, devem ir além da alfabetização e do preparo dos alunos para o mercado de trabalho. Também devem ser incentivados o envolvimento cívico e o respeito pela

diversidade. Neste contexto, a educação inclusiva deveria envolver a integração do diferente ao habitual, com a escola garantindo a continuidade dos valores aprendidos em casa.

A educação inclusiva tem fomentado a quebra de tabus e paradigmas no ambiente educacional. Ferreira (2018) elucida que, no passado, a educação se dividia em escola regular e escola especial, ambas com foco na promoção do ensino. Como não havia integração, os conceitos de respeito à diversidade não eram implementados, pois os estudantes pertencentes a cada tipo de ambiente de ensino não conviviam com a realidade da outra escola. A educação inclusiva entraria nas escolas com a intenção de intervir neste contexto. Dessa forma, os estudantes com deficiência poderiam interagir e integrar-se na sociedade, encontrando uma variedade de situações diferentes da sua própria realidade e adquirindo os conhecimentos e competências necessários ao seu desenvolvimento como futuros cidadãos com sonhos e objetivos.

É fundamental permitir que crianças e jovens partilhem o mesmo espaço de existência, independentemente das suas limitações, pois nisso repousa a esperança da criação de uma sociedade livre de preconceitos e com mais oportunidades. Para Ferreira (2018) uma educação inclusiva envolve apoio às escolas, que compreendem claramente seu papel no processo. O autor define assim educação inclusiva:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (Ferreira, p. 4, 2018).

Na perspectiva deste autor, para que a educação inclusiva aconteça são necessárias redes de apoio, apresentadas como a família e os profissionais da área da saúde. De fato, além da relevante função da família nos valores primordiais, os profissionais da área da saúde ajudam os educadores a entenderem as necessidades dos estudantes, tanto na compreensão sobre as questões clínicas quanto sobre as expectativas de desenvolvimento intelectual e social esperadas.

Sobre a atuação docente, Ferreira (2018) entende ser papel da escola fornecer aos professores capacitação e formação continuada preparando-os para

trabalhar com as demandas de inclusão, devendo também cuidar cautelosamente das adaptações e equipamentos que forem necessários para que o processo de aprendizagem aconteça. Além disso, o mesmo autor reitera a importância de que a instituição organize encontros nos quais os educadores possam compartilhar suas ideias, experiências e frustrações, contribuindo para seu aprimoramento e favorecendo uma maior receptividade dos estudantes.

Ferreira (2018) também entende que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corrobora favoravelmente à educação inclusiva, posição também defendida por Ferraresi (2017):

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes (FERRARESI, p. 10, 2017).

A escola inclusiva, para Ferreira (2018), é uma escola comum, pois deveria ser corriqueiro às escolas o acolhimento de todos os tipos de estudantes, visto que sua rotina envolve o enfrentamento de uma variedade de situações e realidades diferentes. A promoção do bem-estar de cada aluno em cada contexto é essencial para estabelecer relações saudáveis dentro e fora da escola. Tais relações saudáveis dependeriam dos pilares fundamentais da educação inclusiva, de acordo com o autor: aprender a saber, a fazer, a conviver e a ser. Ao equilibrar estes pilares, o autor acredita ser possível garantir que crianças e jovens aprendam de forma igual, apesar de algumas restrições.

2.3 Os desafios estruturais e pedagógicos da Rede Pública de Ensino na efetiva aplicação da Educação Inclusiva

Saviani (2008), em seu livro “Escola e Democracia”, afirma que a escola pública enfrenta muitos desafios em seu cotidiano, tais como: críticas sobre a qualidade do ensino, falta de valorização da mão de obra, escassez de recursos

para trabalhar e condições precárias das instalações.

Oliveira e Veloso (2014), ao falarem sobre os desafios da educação inclusiva no Brasil, apresentam inicialmente os aspectos legais, citando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art. 54, III, como um dos marcos importantes para a vida e educação de crianças e jovens, pois seria: “...dever do estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Além disso, os mesmos autores fazem referência à Seção 4, da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 que trata de temas específicos, como os princípios, objetivos, e estrutura do ensino, que orientam tanto as redes públicas quanto as instituições privadas de ensino no país, sendo fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais e para a regulamentação do sistema educacional brasileiro.

Conforme diz o parágrafo 03, do campo sobre a educação especial: “a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Contudo, apesar do amparo na legislação, a inclusão ainda parece encontrar empecilhos em sua implementação.

Garofalo (2018) afirma que a questão da inclusão deve ser abordada nas escolas. A autora destaca como itens relevantes nesta discussão: a flexibilização do currículo, a diversificação das práticas, a promoção do diálogo e a participação da comunidade escolar e familiar, o investimento em formação docente, a disponibilidade de tecnologias assistivas, além da elaboração e a implementação de um bom projeto de inclusão. Especificamente sobre a flexibilização do currículo, a autora supracitada destaca os desafios e a importância desta ação:

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagogia humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo

(Garafalo, p. 3, 2018).

As iniciativas anteriormente mencionadas demonstram-se relevantes para o avanço da inclusão escolar, pois oferecem caminhos e ferramentas que podem favorecer a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, emocionais ou intelectuais. No entanto, como a própria autora pontua, há obstáculos significativos nessa trajetória, que impactam tanto a implementação prática da inclusão quanto a saúde mental dos profissionais envolvidos, especialmente dos professores da rede pública.

Um dos principais desafios enfrentados é a limitação do orçamento escolar, que afeta diretamente a qualidade dos recursos e das adaptações necessárias para um ambiente inclusivo. Além disso, a efetivação da inclusão depende amplamente do contexto social em que a instituição está inserida, ou seja, a capacidade de uma escola implementar práticas inclusivas é profundamente influenciada pelo ambiente social, econômico e cultural ao seu redor, especialmente em escolas públicas. Em comunidades com poucos recursos, as escolas frequentemente enfrentam limitações financeiras que dificultam a adaptação dos espaços físicos, a aquisição de materiais didáticos especializados e a contratação de profissionais de apoio (PACHECO, 2016).

Essas dificuldades se refletem na carga emocional e psicológica dos professores, que, além de lidar com as demandas do ensino regular, enfrentam a pressão de atender às necessidades de alunos com diferentes condições, muitas vezes sem o apoio adequado.

De acordo com Boy (2019) a escola inclusiva é aquela que não apenas aceita a matrícula do educando no sistema de ensino, mas fortalece um sistema educacional que respeite, aceite e possibilite o acesso e a permanência de todos os educandos, garantindo-lhes uma escolarização com competência e qualidade. A autora ratifica que, na escola, só existe inclusão, de fato, se o aluno tiver aproveitamento do processo ensino-aprendizagem, devidamente apontado em seu rendimento escolar.

Oliveira (1997) afirma existirem três elementos que compõem o conceito de educação inclusiva. O primeiro é a acessibilidade, que envolve a facilidade de acesso à educação, por meio do uso de ferramentas como o ensino de braille e

libras, bem como a criação de materiais diferenciados para facilitar o acesso dos estudantes. A mobilidade refere-se aos aspectos físicos da instituição escolar, como rampas e elevadores, sendo o terceiro elemento a materialidade, todas as ferramentas necessárias ao educar para que ele possa ser incluído.

Silva (2014) afirma que a implementação do processo de educação inclusiva na rede pública é um desafio complicado, devido à necessidade de que a inclusão faça parte do plano político pedagógico iniciado pela secretaria de educação. A implementação da inclusão deve respeitar todos os indivíduos que fazem parte do ambiente escolar, incluindo os professores, pois eles estão diretamente ligados aos estudantes e trabalham com eles para integrar e ensinar. A autora ainda afirma que este é um processo contínuo e, portanto, os educadores devem estar sempre atualizados. Isso ratifica que uma das coisas que devem ser reforçadas para superar as dificuldades é a educação continuada dos profissionais educacionais.

Yoshida (2018), por sua vez, defende ser essencial que os gestores das escolas tenham pleno conhecimento das questões legais relacionadas à inclusão, protegendo os direitos de todos os indivíduos, independentemente da situação da instituição. Como afirmado pela autora:

O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos (Yoshida, p. 5, 2018).

Ainda sobre a necessidade do conhecimento da legislação, o mesmo autor ressalta que muitas vezes existe uma interpretação incorreta do texto da legislação. Por exemplo: o termo "adaptações benéficas" é interpretado como "adaptações curriculares", desconsiderando adaptações no meio físico, na comunicação e na forma de realização das provas, que seria a proposta real da legislação (YOSHIDA, 2018).

A mesma autora afirma ser preciso apoio governamental, com assistência técnica e financeira, adaptação e previsão de recursos em sala, além da oferta de

“tempo e espaço para que professores, coordenadores e especialistas possam conversar e tirar dúvidas sobre a integração do aluno com deficiência” (YOSHIDA, 2018, p. 104).

Sobre a formação da equipe inclusiva Yoshida (2018) explica que o ideal seria garantir a formação na própria escola, pois o gestor é quem melhor conhece sua equipe e a comunidade. O gestor pode formar um grupo para levantar as informações relevantes em relação à deficiência dos estudantes e compartilhar em reunião.

Em suma, todas as escolas públicas brasileiras parecem enfrentar desafios no processo de inclusão. Mesmo as escolas com salas de recursos, funcionários treinados e materiais para a prática diária podem ter problemas para relatar. No entanto, há autores que afirmam que mesmo sem recursos, a situação da instituição pode ser significativamente melhorada em termos de receptividade e ensino dos estudantes.

2.4 A saúde mental dos professores no processo de inclusão nas escolas públicas

Segundo Gama et al. (2014) o tema da saúde mental é complexo devido sua relação com questões entre normalidade e patologia, incluindo a discussão sobre a loucura e seus estigmas. Como afirma Amarante (2007, p.15), “a saúde mental é um campo de conhecimento amplo” e “encontramos dificuldades definindo seus limites e identificando seu ponto de partida e fim”. Devido ao ritmo acelerado de vida e às significativas mudanças tecnológicas, organizacionais e sociais, há uma necessidade crescente de maior intensidade no ambiente de trabalho e na interação humana. Como resultado da intensificação da concorrência e da competição, a sociedade experimenta conflitos subjetivos e sociais. Definir a saúde apenas como a ausência de doença é uma abordagem limitativa, pois envolve fatores além da dimensão fisiológica.

Segundo Vale e Aguilera (2016) há consequências no processo de aprendizagem quando os professores negligenciam sua saúde, sendo

imprescindível examinar de forma clínica e preventiva os vários fatores que podem contribuir para o desgaste e o adoecimento do educador em sala de aula. Como exemplo, citam-se: a baixa conservação das instalações, a desvalorização profissional, os frequentes episódios de violência, o desrespeito e o desinteresse manifestado por parte dos alunos, a sobrecarga de trabalho, a pressão imposta para o cumprimento de metas de produtividade, a perda de direitos trabalhistas, a complexidade nas relações com alunos e seus responsáveis, além de outras fragilidades que comprometem a estrutura institucional.

Dejours (1992) propõe a criação de ambientes de debate nos quais os colaboradores possam compartilhar seus receios e angústias em relação ao contexto profissional, assumindo a responsabilidade por suas experiências, tanto positivas quanto desafiadoras. Essa psicodinâmica oferece uma compreensão atualizada da subjetividade no trabalho, permitindo que se identifiquem e se expressem as diversas formas de sofrimento. Contudo, é importante observar que, em determinadas estruturas organizacionais, a rigidez das normas e a falta de espaço para o diálogo podem reduzir as possibilidades de manifestação individual do sujeito.

De acordo com Dejours (1992), a organização do trabalho pode resultar em fragilização psicológica, uma vez que inibe os esforços do trabalhador para adaptar suas práticas e estilos operacionais às suas necessidades de saúde mental. A repetição excessiva das tarefas pode gerar insatisfação, que, por sua vez, desencadeia o descontentamento, impactando negativamente tanto a saúde mental quanto a física. Assim, o ambiente de trabalho, em suas condições adversas, torna-se um fator propício ao desenvolvimento de doenças, constituindo uma encruzilhada que favorece o surgimento de distúrbios mentais ou somáticos.

Outro processo importante para a saúde mental dos professores parece ser a relação família-escola. Esta relação desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral dos estudantes, como destacado por Reis (2010). Enquanto a escola seria responsável pelo desenvolvimento do conhecimento científico e acadêmico, a família teria a função de transmitir valores e criar um ambiente propício à aprendizagem. O objetivo da escola seria, portanto, o de

socializar o conhecimento sistematizado, principalmente aquele organizado culturalmente em áreas distintas (Oliveira e Marinho-Araújo, 2010). A família, por sua vez, teria o papel de socialização, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola, além do ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo (Polonia e Dessen, 2005, p. 304).

A parceria família-escola, logo, parece essencial para o sucesso educacional, uma vez que ambas trabalham de forma complementar na formação dos jovens. Contudo, embora a escola abra as suas portas aos pais, infelizmente eles podem mostrar pouco interesse numa participação ativa. Isso pode reforçar o fracasso educacional e contribuir para o adoecimento mental dos professores (Oliveira e Marinho-Araújo, 2010).

3. Metodologia

A metodologia do estudo foi composta por duas etapas principais: revisão bibliográfica e entrevistas com professores. Sendo assim, a primeira etapa envolveu uma revisão sistemática da literatura sobre os desafios da educação inclusiva e seus efeitos na saúde mental dos professores. A revisão sistemática de literatura, segundo Galvão e Ricarte (2013), é uma metodologia científica que visa identificar, avaliar e interpretar todas as evidências disponíveis relacionadas a uma pergunta de pesquisa específica. Esse tipo de revisão segue um processo estruturado e transparente, que inclui a formulação de uma questão bem definida, a definição de critérios de inclusão e exclusão, a busca em bases de dados relevantes, a avaliação da qualidade dos estudos selecionados e a síntese dos resultados.

Para realizar a revisão, foram consultadas bases de dados acadêmicas como Google Scholar, SciELO e CAPES, utilizando palavras-chave como "educação inclusiva", "burnout dos professores", "desafios pedagógicos" e "escolas públicas". Portanto, a análise crítica dos textos selecionados permitiu identificar os principais obstáculos enfrentados pelos professores no contexto da educação inclusiva e suas implicações para a saúde mental.

A segunda fase do estudo envolveu entrevistas semiestruturadas com professores da rede pública de Linhares que atuam em turmas inclusivas. De acordo com Flick (2009), as entrevistas semiestruturadas são adequadas para a coleta de dados qualitativos, pois permitem ao entrevistado expressar suas experiências e percepções de forma mais livre, sendo assim, o objetivo é compreender, a partir da perspectiva dos professores, como os desafios da educação inclusiva afetam sua saúde mental.

Foram selecionados professores por meio de amostragem intencional, conforme preconizado por Gil (2019), buscando aqueles que possuíam experiência em lidar com turmas inclusivas. Os questionários foram enviados por meio de um link para o aplicativo Google Forms. Nele, os professores responderam a 10 questões relacionadas às dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, como a falta de suporte pedagógico e a necessidade de lidar com a diversidade de demandas dos estudantes. Os questionários foram enviados por meio de um link para o aplicativo Google Forms. Nele, os professores responderam a 10 questões relacionadas às dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, como a falta de suporte pedagógico e a necessidade de lidar com a diversidade de demandas dos estudantes. O processo de entrevista, estruturado em um formulário detalhado, permitiu a coleta de dados qualitativos sobre a experiência dos professores com a inclusão de indivíduos com deficiências. Dezesesseis professores retornaram o formulário devidamente respondido.

Após a coleta dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), para identificar padrões nas respostas dos professores, categorizando as informações em temas como "carga de trabalho", "preparação inadequada", "pressões institucionais" e "impactos emocionais".

4. Resultados e Discussão

4.1. Caracterização da amostra

Convidamos professores da rede municipal de Linhares para participar da

entrevista. Foram obtidas dezesseis respostas, sendo dois homens e quatorze mulheres, 65% com idade entre 30 e 45 anos e 35% com idade acima de 45 anos. De acordo com Nóvoa (1992) essa faixa etária é frequentemente associada a profissionais que já enfrentam diferentes desafios ao longo de sua carreira e que podem trazer uma visão mais abrangente sobre as práticas inclusivas, tendo, possivelmente, vivenciado mudanças significativas nas políticas educacionais ao longo do tempo. O tempo de experiência dos professores, que variou entre 3 a 15 anos, é relevante para a análise, pois profissionais com mais anos de atuação tendem a ter maior vivência com as dificuldades e as políticas de inclusão, o que pode refletir uma percepção mais crítica sobre o processo.

De acordo com Streck (2018) a predominância feminina também reflete uma tendência observada no campo da educação, onde as mulheres representam a maior parte dos docentes, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, portanto, esse fator pode influenciar as respostas, uma vez que questões relacionadas à inclusão podem ser abordadas de maneiras diferentes por profissionais de diversas áreas ou contextos.

Entre os entrevistados, nenhum profissional atua diretamente na Educação Especial (AEE). A inclusão de alunos com deficiências exige uma formação específica e a baixa participação desses profissionais na pesquisa pode indicar um possível déficit de capacitação ou de reconhecimento da área.

4.2. Dificuldades na implementação da inclusão

Referente aos principais desafios identificados pelos participantes emergiram três categorias:

a) Falta de apoio adequado: muitos professores citaram a ausência de monitores especializados e de recursos pedagógicos adaptados como grandes obstáculos.

b) Carga emocional e sobrecarga: a constante necessidade de planejar aulas individualizadas para alunos com deficiência, além de gerir uma sala com alunos sem deficiência, gera uma sobrecarga emocional. Um professor relatou:

"me sinto impotente ao não conseguir atender as demandas de todos os alunos".

c) Falta de capacitação e formação: professores mencionaram que o governo e as escolas precisam fornecer formações continuadas específicas sobre inclusão. A falta de preparo gera estresse, como disse um docente: "Sinto que estou sempre despreparado para lidar com essas demandas".

Em relação à falta de apoio adequado, a ausência de monitores especializados e de recursos pedagógicos adaptados foi apontada como um dos maiores obstáculos para uma inclusão eficaz. Segundo Silva (2020), a presença de profissionais capacitados, como monitores de apoio, é fundamental para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, permitindo uma adaptação real das práticas pedagógicas. Portanto, a falta desses profissionais reflete uma deficiência nas políticas públicas voltadas à educação inclusiva, que não conseguem garantir o suporte necessário para todos os estudantes.

O cenário descrito pelos professores revela a necessidade urgente de políticas educacionais mais robustas, que proporcionem recursos adequados, como materiais didáticos adaptados e profissionais especializados, para que a inclusão seja efetivamente viabilizada (Melo, 2019).

A sobrecarga emocional, por sua vez, surge como um reflexo das pressões enfrentadas pelos professores ao planejarem aulas individualizadas para alunos com deficiência, ao mesmo tempo em que devem lidar com uma sala heterogênea e com outras demandas pedagógicas. Dessa forma, a dificuldade em atender simultaneamente a múltiplas necessidades cria um desgaste psicológico, o que, segundo Rodrigues (2018), compromete a qualidade do ensino e o bem-estar dos educadores.

A frustração de não conseguir atender a todos os alunos de forma adequada pode gerar sentimento de impotência e insegurança, conforme evidenciado pela frase de um professor: "me sinto impotente ao não conseguir atender as demandas de todos os alunos". Esse estado de exaustão pode, além de prejudicar o docente, comprometer a qualidade da educação oferecida aos alunos, uma vez que o desgaste físico e emocional interfere diretamente na motivação e eficácia das práticas pedagógicas (Costa, 2021).

Outro desafio significativo apontado pelos docentes foi a falta de formação

continuada específica sobre inclusão, portanto, a carência de programas de capacitação que abordem as especificidades da educação inclusiva é uma preocupação recorrente. De acordo com Almeida e Souza (2017), a educação inclusiva demanda competências pedagógicas além da formação tradicional do professor, exigindo conhecimentos em áreas como atendimento especializado, adaptações curriculares e metodologias inclusivas.

A ausência de uma formação contínua e especializada gera insegurança e resistência à implementação de práticas inclusivas, o que pode resultar em um distanciamento entre as intenções da política educacional e sua efetiva execução nas escolas. A citação de um docente: "sinto que estou sempre despreparado para lidar com essas demandas", reflete a falta de preparação que afeta muitos educadores. A formação específica e continuada é, portanto, imprescindível para garantir que os professores possuam as ferramentas necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula, sem sobrecarregar o docente e sem comprometer a qualidade do ensino (Oliveira, 2022).

Esses desafios evidenciam a urgência de uma mudança no modelo de implementação da educação inclusiva. Para que a inclusão de alunos com deficiência seja realmente efetiva, é fundamental que o sistema educacional invista em recursos adequados, capacitação contínua dos professores e no fornecimento de apoio especializado, incluindo monitores e materiais pedagógicos adaptados. Somente com a implementação de políticas educacionais mais eficazes e o devido suporte aos educadores será possível garantir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, no qual todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam ter acesso a uma educação de qualidade.

4.3 Impactos sobre a saúde mental dos professores

As questões relacionadas à educação inclusiva nas escolas públicas refletem uma realidade complexa e desafiadora, que vai além da simples garantia legal de acesso à educação para estudantes com deficiência, conforme discutem

autores como Mantoan (2003) e Carvalho (2004). A inclusão requer não apenas uma legislação eficaz, mas também mudanças estruturais, pedagógicas e culturais no ambiente escolar.

Embora pareça que as escolas tenham à disposição os recursos necessários, a realidade frequentemente mostra que as atividades escolares são moldadas pelas limitações contextuais de cada instituição. No caso da educação inclusiva, a falta de recursos financeiros, a insuficiência de materiais pedagógicos adaptados, a precariedade das estruturas físicas e a escassez de apoio especializado e formação docente emergem como os principais obstáculos. Mantoan (2003) destaca que a inclusão é um processo que exige, além da presença física do aluno na escola, um compromisso com práticas pedagógicas que assegurem seu desenvolvimento e aprendizado, o que, na prática, nem sempre ocorre.

Para os professores entrevistados, essa lacuna se traduz em um sentimento de impotência e de sobrecarga emocional, como foi citado por um docente: "me sinto impotente ao não conseguir atender às demandas de todos os alunos". O impacto desse tipo de frustração é significativo, pois está relacionado ao aumento do estresse e da exaustão, fatores que contribuem para o desgaste psicológico dos educadores.

Essa discrepância reflete-se também na saúde mental dos professores, um aspecto amplamente discutido por autores como Nóvoa (2009), que ressalta o impacto do contexto laboral no bem-estar dos docentes, indicando que nas escolas públicas de Linhares 60% dos professores percebem os desafios da educação inclusiva como uma fonte de estresse frequente, e apenas 30% se sentem preparados para lidar com essas demandas.

A sobrecarga emocional é outro impacto notável nas escolas inclusivas. O trabalho de planejar aulas individualizadas para alunos com deficiência, somado ao gerenciamento de uma turma heterogênea exige dos professores um esforço emocional e físico considerável. Como apontado por Nóvoa (2009), esse contexto de sobrecarga pode levar o docente à exaustão emocional, resultando em um comprometimento significativo em sua saúde mental. O fato de os professores sentirem-se incapazes de atender adequadamente às necessidades de todos os

alunos pode gerar um ciclo de frustração, que afeta não apenas a qualidade do ensino, mas também o bem-estar dos educadores, diminuindo sua motivação e capacidade de lidar com as demandas diárias da profissão.

Esses números dialogam com os achados de Oliveira (2011), que aponta a falta de formação continuada como um dos fatores que agravam o sentimento de despreparo entre os professores, contribuindo para a sensação de impotência e, conseqüentemente, para o aumento de afastamentos temporários devido a questões de saúde mental.

Os relatos dos docentes indicam que, ao não observar progresso nos alunos com deficiência, surge um sentimento de frustração que é agravado pela ausência de suporte adequado, dessa forma, essa frustração encontra eco nas análises de Nóvoa (2009), que destaca como as exigências emocionais do ensino podem gerar desgastes significativos quando não acompanhadas de apoio institucional. Além disso, Carvalho (2004) argumenta que a falta de recursos e a sobrecarga de responsabilidades criam uma tensão que compromete não apenas a saúde mental dos professores, mas também a qualidade da educação ofertada.

A citação de um dos professores que diz "sinto que estou sempre despreparado para lidar com essas demandas", reflete o impacto da falta de formação contínua, o que contribui diretamente para o aumento de afastamentos temporários e quadros de estresse e ansiedade. Autores como Oliveira (2011) e Carvalho (2004) argumentam que a falta de formação não apenas afeta a qualidade do ensino, mas também é um fator que agrava a saúde mental dos professores, pois impede que se sintam confiantes em suas práticas pedagógicas e aptos a implementar estratégias eficazes para alunos com deficiência.

A pesquisa realizada com professores de inclusão em escolas públicas de Linhares reflete as dificuldades apontadas por Mantoan (2003) e Oliveira (2011) sobre os desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva e a necessidade de medidas estruturais e de apoio psicológico para os educadores. Com 70% dos professores relatando a falta de apoio adequado, como monitores especializados e recursos pedagógicos adaptados, e outros 30% destacando a sobrecarga emocional e a falta de capacitação, fica claro que o cenário educacional carece de uma transformação prática, como programas de apoio

psicológico e formação continuada voltada para a educação inclusiva.

Em termos de políticas públicas, Nóvoa (2009) destaca que a valorização do professor é central para a sustentabilidade das mudanças educacionais. O fortalecimento da formação inicial e continuada, com ênfase no manejo de situações desafiadoras em salas de aula heterogêneas, é essencial para que os docentes desenvolvam confiança em suas práticas pedagógicas. Além disso, Carvalho (2004) reforça a importância de articulações entre as esferas governamentais e escolares, promovendo um compromisso coletivo com a inclusão

Portanto, os desafios da educação inclusiva evidenciam a necessidade de ações integradas e sustentadas que considerem tanto os aspectos pedagógicos quanto o bem-estar dos professores. A construção de um ambiente escolar inclusivo, que valorize as singularidades de cada estudante e apoie os educadores, é um passo essencial para a efetivação de uma educação que seja, de fato, transformadora e equitativa.

4.4 Estratégias para minimizar os impactos negativos na saúde mental

A discussão sobre as estratégias adotadas pelos professores para minimizar os impactos negativos do trabalho em sua saúde mental pode ser aprofundada a partir de diversos autores que abordam questões como o estresse profissional, o autocuidado, a sobrecarga emocional e a importância do apoio psicológico. A análise das respostas dos professores à pergunta sobre as estratégias que utilizam para preservar sua saúde mental revela tanto uma percepção de vulnerabilidade quanto a busca por práticas que promovam o bem-estar, o que é amplamente discutido na literatura.

Primeiramente, as técnicas de relaxamento e meditação adotadas por 50% dos professores refletem a crescente utilização dessas abordagens no contexto educacional como uma resposta ao estresse crônico. Segundo Kabat-Zinn (2003), a meditação *mindfulness*, que envolve a atenção plena no momento presente, tem sido reconhecida como uma prática eficaz para reduzir a ansiedade

e o estresse. No campo educacional essa prática se mostra essencial, pois ajuda os professores a lidarem com a pressão constante de suas múltiplas responsabilidades. Andrade e Souza (2017) também afirmam que o mindfulness auxilia na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos educadores, proporcionando-lhes um alívio da tensão emocional gerada pelo ambiente escolar.

A prática de atividade física regular, mencionada por 43% dos entrevistados, está alinhada com o que Campos e Furtado (2010) destacam em seus estudos sobre o estresse no contexto do trabalho. Portanto, a atividade física não só melhora a saúde física, mas também promove a liberação de endorfinas, neurotransmissores responsáveis pela sensação de prazer e relaxamento.

Góes e Lima (2018) ressaltam que o exercício físico pode ser uma estratégia eficaz de enfrentamento para profissionais que lidam com situações de alta demanda e estresse, como ocorre na profissão docente. Nesse sentido, atividades como caminhadas ou corridas não só favorecem a saúde corporal, mas também contribuem para o equilíbrio emocional dos professores.

O planejamento das atividades como uma forma de organização do trabalho foi citado por 31% dos professores. Para Perrenoud (2000), o planejamento pedagógico é um dos instrumentos essenciais para os educadores, pois permite a gestão eficiente do tempo e das tarefas, minimizando a sobrecarga e o estresse relacionados ao imprevisto. O autor destaca que o planejamento adequado proporciona maior segurança para os docentes, o que pode, conseqüentemente, reduzir o desgaste emocional. Além disso, a organização das atividades e o estabelecimento de prioridades, como os professores mencionaram, permite um controle maior sobre a carga de trabalho, contribuindo para a redução do estresse.

A busca por apoio psicológico, mencionada por 38% dos professores, encontra respaldo nos estudos de Freudenberger (1974), que introduziu o conceito de "burnout", um fenômeno de exaustão física e emocional que afeta os profissionais em contextos de alta demanda. O autor defende que o apoio psicológico é uma das formas mais eficazes de prevenir e tratar o burnout, uma

vez que oferece aos educadores um espaço para expressar suas emoções e reflexões sobre os desafios do trabalho. Maslach (2001) complementa essa visão, afirmando que o apoio psicológico é crucial para a recuperação do estresse emocional, pois possibilita o enfrentamento dos sentimentos de frustração e impotência.

A definição de limites entre a vida profissional e pessoal, relatada por 31% dos professores, também é uma estratégia importante de enfrentamento do estresse, conforme destacado por Santos (2015), que aponta a necessidade de distanciamento do trabalho para que o docente consiga preservar sua saúde mental, dessa forma, a dificuldade em equilibrar a vida pessoal e profissional é uma das principais causas de estresse entre os professores, já que muitos deles tendem a levar as demandas escolares para casa, o que compromete seu tempo de descanso.

Goulart (2018) acrescenta que o estabelecimento de limites claros e a criação de espaços de lazer são essenciais para a manutenção da saúde emocional, permitindo que os docentes recuperem as energias para enfrentar os desafios da profissão, sendo assim, a participação em grupos de apoio e troca de experiências, mencionada por 19% dos professores, está em sintonia com o que Zimerman (2005) afirma sobre a importância da rede de apoio social no enfrentamento do estresse ocupacional. O autor argumenta que o compartilhamento de experiências e a solidariedade entre colegas de trabalho têm um papel fundamental na redução da pressão emocional. No contexto escolar, esses grupos oferecem aos educadores um espaço para falar sobre suas dificuldades e encontrar soluções em conjunto, o que contribui para a melhoria do ambiente de trabalho e para a saúde mental dos profissionais.

Por fim, a prática de autocuidado, mencionada por 25% dos professores, é uma estratégia crucial, como também defendem Kabat-Zinn (2003) e Góes e Lima (2018). O autocuidado envolve ações cotidianas que priorizam o bem-estar físico e emocional, como cuidados com a alimentação, o sono e o lazer. Para esses autores, o autocuidado não deve ser visto como uma prática isolada, mas como parte de uma abordagem integrada de saúde, que envolve tanto o cuidado pessoal quanto o apoio social e psicológico.

5. Considerações finais

Os desafios enfrentados pelos professores da rede pública de Linhares/ES no contexto da educação inclusiva impactam diretamente sua saúde mental, com sobrecarga de trabalho, falta de recursos adequados e apoio insuficiente comprometendo a qualidade do ensino e o bem-estar dos docentes. Esses profissionais enfrentam altos níveis de estresse, ansiedade e sensação de impotência ao lidar com as demandas da inclusão escolar, portanto, para mitigar esses impactos, é essencial implementar algumas soluções práticas que possam promover um ambiente educacional mais saudável e inclusivo.

Uma das principais soluções seria o fornecimento de apoio psicológico contínuo para professores e alunos, uma vez que a presença de profissionais de saúde mental nas escolas pode auxiliar os docentes a lidar com os desafios emocionais da prática pedagógica, prevenindo o esgotamento e ajudando-os a gerenciar o estresse. Além disso, é necessário investir em formação continuada, oferecendo cursos específicos sobre educação inclusiva, que abordem metodologias adaptadas e estratégias para trabalhar com turmas heterogêneas. Isso permitiria que os professores se sentissem mais preparados para lidar com as demandas diárias da inclusão.

Outro aspecto fundamental é o apoio técnico e material nas escolas com a presença de monitores especializados nas salas de aula e o fornecimento de materiais pedagógicos adaptados às necessidades dos alunos com deficiência são essenciais para reduzir a sobrecarga dos professores, pois essas medidas garantem o suporte necessário para atender de maneira eficaz às demandas educacionais. Além disso, é crucial que políticas públicas de suporte sejam desenvolvidas para garantir investimentos em infraestrutura e recursos nas escolas. Dessa forma, a construção de uma rede de apoio que envolva não apenas as escolas, mas também as famílias e os profissionais de saúde e assistência social, é essencial para garantir que o ambiente escolar seja realmente inclusivo e acolhedor para todos os envolvidos, como destaca Mantoan

(2006), que enfatiza a importância da colaboração entre esses diferentes atores para uma educação inclusiva eficaz.

Por fim, a redução da carga de trabalho dos professores deve ser considerada, redistribuindo as responsabilidades e permitindo que os docentes tenham mais tempo para planejar atividades individualizadas e participar de capacitações, portanto, essa medida ajudaria a aliviar o estresse, melhorando tanto o bem-estar dos professores quanto a qualidade do ensino. Com a implementação dessas soluções, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e saudável, beneficiando tanto os alunos quanto os professores e garantindo uma educação de maior qualidade no município de Linhares.

Referências

- ALMEIDA, A. & SOUZA, M. (2017). **Capacitação docente para a inclusão escolar: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora ABC.
- AMARANTE, P. **Saúde Mental e Educação Especial**. Editora Fiocruz, 2007.
- ANDRADE, L. M.; SOUZA, A. S. **Mindfulness e suas aplicações na educação: uma revisão crítica**. *Psicologia da Educação*, v. 30, n. 2, p. 101-112, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOY, R. **Práticas de Inclusão Escolar**. Editora Educação Moderna, 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- CAMPOS, J. D. F.; FURTADO, J. T. **Estresse no contexto educacional: desafios e soluções para a saúde mental dos professores**. *Psicologia Educacional*, v. 35, n. 1, p. 43-59, 2010.
- CARVALHO, Rosita Edler. **A escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CAVALCANTE, M. **Educação e Diversidade Cultural**. Editora Educação, 2011.
- COSTA, L. (2021). **A carga emocional dos professores no contexto da**

- educação inclusiva.** São Paulo: Editora Nova Cultura.
- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho.** São Paulo: Cortez, 1992.
- FERRARESI, M. **Gestão Escolar e Práticas Pedagógicas.** Editora Brasil, 2017.
- FERREIRA, R. **Educação e Desafios Contemporâneos.** Editora Pioneira, 2018.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREUDENBERGER, H. J. **Burnout: The cost of caring.** New York: Basic Books, 1974.
- GALVÃO, M.; RICARTE, A. **Tecnologia Assistiva na Educação Especial.** Editora Inclusiva, 2013.
- GAMA, J. et al. **Práticas Educacionais e Novos Desafios.** Editora Reflexão, 2014.
- GAROFALO, L. **Educação e Direitos Humanos.** Editora Nova Era, 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2019.
- GOES, F. C.; LIMA, R. T. **A prática de atividades físicas como forma de prevenção ao estresse no ambiente de trabalho escolar.** Psicologia e Saúde, v. 27, n. 3, p. 122-133, 2018.
- GOULART, A. M. **A importância do equilíbrio entre vida pessoal e profissional no contexto educacional.** Revista Brasileira de Psicologia Educacional, v. 21, n. 2, p. 178-193, 2018.
- KABAT-ZINN, J. **Mindfulness-based stress reduction (MBSR): a proven approach to reducing stress and promoting wellness.** The American Journal of Lifestyle Medicine, v. 7, n. 3, p. 145-154, 2003.
- MAGRO, C.; RODRIGUES, A. **Didática e Formação de Professores.** Editora Contexto, 2007.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MASLACH, C. **Job burnout: New directions in research and intervention.** Current Directions in Psychological Science, v. 10, n. 5, p. 198-203, 2001.
- MELO, S. (2019). **Políticas públicas de educação inclusiva: desafios e avanços.** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- NÓVOA, António.** Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2009.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente e saúde.** Belo Horizonte:

Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, J.; VELOSO, L. ***Inclusão e Práticas Educacionais no Brasil Contemporâneo***. Editora Sul, 2014.

OLIVEIRA, M. ***Vygotsky e o Processo de Aprendizagem***. Editora Vozes, 1997.

PACHECO, A. ***Educação e Formação Cidadã***. Editora Alfa, 2016.

PACHECO, J. ***Caminhos para a Inclusão Escolar: Reflexões sobre a Escola e a Comunidade***. São Paulo: Summus Editorial, 2016.

PERRIN, M. D. ***A gestão do tempo e o planejamento pedagógico no contexto educacional***. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 2, p. 115-126, 2000.

POLONIA, A.; DESSEN, C. ***Desenvolvimento Infantil e Contextos Educacionais***. Editora Psiquê, 2005.

REIS, A. ***Educação e Desafios para o Século XXI***. Editora Base, 2010.

RODRIGUES, F. (2018). ***A sobrecarga emocional de professores no atendimento a alunos com deficiência***. Curitiba: Editora UFPR.

ROGALSKI, J. ***Educação Inclusiva no Contexto Brasileiro***. Universidade Federal de Alagoas, 2010. Disponível em:

www.repositorio.ufal.br/bitstream/riui.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

SANTOS, D. R. ***O papel do professor e a gestão do estresse no contexto educacional***. Psicologia Escolar, v. 39, n. 1, p. 95-108, 2015.

SAVIANI, D. (2008). ***Escola e Democracia***. 39ª ed. Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, D. ***História das Ideias Pedagógicas no Brasil***. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. ***Educação Inclusiva e Políticas Públicas***. Editora Saber, 2014.

SILVA, P. (2020). ***A importância do apoio especializado para a inclusão educacional***. Porto Alegre: Editora Palavras.

SOUTO, M. ***Práticas Pedagógicas e Inclusão Educacional***. Editora Atual, 2014.

STRECK, Bernadete de Lourdes. ***Docência e Gênero: Feminização no Magistério e Implicações Pedagógicas***. Porto Alegre: Penso, 2018.

VALE, T.; AGUILLERA, M. ***Educação Inclusiva no Contexto Latino-Americano***. Editora Horizonte, 2016.

YOSHIDA, M. ***Tecnologia e Educação no Século XXI***. Editora Conexão, 2018.

ZIMERMAN, D. **A rede de apoio social como fator de proteção contra o estresse no trabalho docente.** *Psicologia do Trabalho e das Organizações*, v. 18, n. 2, p. 151-167, 2005.